

## Investigar o uso do conhecimento em contexto de trabalho

**Fernando Pereira**

**Instituto Politécnico de Bragança/ Centro de Investigação de Montanha/  
Centro de Investigação e Intervenção Educativa**

**Palavras-chave:** saberes profissionais, experiência etnográfica, técnicas de investigação etnográfica.

Objectivo central desta comunicação é partilhar um conjunto de reflexões sobre a experiência de investigação etnográfica em ciências sociais. A reflexão emana de um estudo sobre o uso do conhecimento em contexto de trabalho pelos técnicos superiores agrários das associações e cooperativas agrárias. A reflexão emerge ainda da discussão consistente e sistemática que, desde 1993, se vem desenrolando no seio do grupo de investigação ASPTI, sobre a temática do uso do conhecimento e dos saberes profissionais em diferentes profissões, como sejam: professores, enfermeiros, assistentes sociais, animadores sociais, entre outros.

Um dos aspectos mais relevantes dessa experiência etnográfica, aliás comum a muitos dos estudos ASPTI, é a profunda atenção dispensada ao envolvimento/distanciamento (nos termos de Norbert Elias) do investigador face ao objecto de estudo e dos reflexos inerentes ao nível do controle do etnocentrismo e relativização cultural sempre presentes, e influentes, nos estudos etnográficos.

No caso particular desta investigação foram desenvolvidas algumas técnicas de investigação etnográfica às quais reconhecemos alguma inovação e que pretendemos agora, uma vez mais, colocar à discussão dos pares.

## **INTRODUÇÃO**

Objectivo central desta comunicação é partilhar um conjunto de reflexões sobre a investigação etnográfica em ciências sociais. A reflexão emana de um estudo sobre o uso do conhecimento em contexto de trabalho pelos técnicos superiores agrários das associações e cooperativas agrárias (Pereira, 2005). A reflexão emerge ainda da discussão consistente e sistemática que, desde 1993, se vem desenrolando no seio do grupo de investigação ASPTI, sobre a temática do uso do conhecimento e dos saberes profissionais em diferentes profissões, como sejam: professores, enfermeiros, assistentes sociais, animadores sociais, entre outros (Caria *et al*, 2005).

Um dos aspectos mais relevantes dessa experiência etnográfica, aliás comum a muitos dos estudos ASPTI, é a profunda atenção dispensada ao envolvimento/distanciamento (Elias, 1997) do investigador face ao objecto de estudo e dos cuidados relativos ao controle do etnocentrismo e à relativização cultural sempre presentes, e influentes, nos estudos etnográficos. Por outro lado, nesta investigação foram desenvolvidas algumas técnicas de investigação etnográfica às quais reconhecemos alguma inovação e que pretendemos agora, uma vez mais, colocar à discussão dos pares.

Por último referir que essa experiência etnográfica consistiu no acompanhamento quotidiano de três técnicos superiores de uma associação de produtores pecuários de Trás-os-Montes, pelo período de quatro meses e meio, e foi precedida, e portanto grandemente influenciada, por um estudo de carácter quantitativo (inquérito) dessas organizações (mais de uma centena) e dos técnicos das mesmas (cerca de meia centena).

## **TRABALHO ETNOGRÁFICO, O OBJECTO DE ESTUDO SEMPRE INACABADO**

Pierre Bourdieu (1989: 27), num apelo à prática de uma sociologia reflexiva, construída num diálogo contínuo e articulado entre a teoria e a verificação empírica, refere que: “A construção do objecto [de estudo] não é uma coisa que se produza de uma assentada,

por uma espécie de acto teórico inaugural, (...) é um trabalho de grande fôlego, que se realiza pouco a pouco, por retoques sucessivos, por toda uma série de correcções, de emendas, sugeridas por o que se chama ofício, quer dizer, esse conjunto de princípios práticos que orientam as opções ao mesmo tempo minúsculas e decisivas.”

Por seu turno, dado que as relações sociais se corporizam em instituições e dado que as relações de saber (conhecimento) são relações sociais, parece-nos útil a perspectiva de Berger e Luckmann (1999) de que só é possível compreender as instituições se compreendermos o contexto em que essas instituições são continuamente reconstruídas. Concretizando melhor, como sustentam Silva e Pinto (1986: 13) “Os homens são seres sociais. As suas acções desdobram-se em práticas materiais e simbólicas, relações com a natureza e relações com outros homens, no âmbito de grupos com várias dimensões (...). Pelas suas práticas criam instituições, modos de conduta que ocorrem e se reproduzem em longos segmentos espaço-temporais; criam novas realidades materiais, paisagens ou técnicas, alimentos ou povoações; criam acontecimentos; criam, em suma, materialidades sociais com propriedades estruturais próprias e que, por seu lado, condicionam decisivamente a produção das práticas que as produzem e reproduzem”.

As questões a estudar são objectos de natureza abstracto-formal (no sentido que lhe conferem Silva e Pinto, 1986: 17), resultantes da interacção do investigador com o objecto de estudo (aprofundamento teórico e da experiência prévia do investigador) e mediadas pela habilidade interpretativa e comunicacional. Surgirão, inevitavelmente, novas questões e reformulações das questões iniciais.

Nesta ordem de ideias, as questões iniciais, muito simples, que levantámos relativas ao uso do conhecimento em contexto de trabalho foram: (1) Na sua intervenção quotidiana profissional os técnicos das associações e cooperativas agrárias actuam como intermediários (mobilizam) do conhecimento abstracto, ou actuam também como transformadores (mobilizam e recontextualizam) desse conhecimento? (2) Quais os estímulos (situações/problema) que conduzem o técnico a procurar respostas para além do conhecimento prescrito? (3) Quais são as áreas do conhecimento abstracto “em falta” na formação inicial do técnico? E porque é que são essas e não outras?

## **O INTERACCIONISMO SIMBÓLICO COMO REFERÊNCIA PRINCIPAL**

A construção do objecto de estudo e a construção dos instrumentos de recolha de informação beneficiaram dos ensinamentos da perspectiva interaccionista. Estudámos autores como Berger e Lukmann, Giddens, Dubar e Friedberg, os quais, à sua maneira, reconhecem o papel de relevo, embora não exclusivo, da interacção social como elemento gerador das identidades sociais individuais e das entidades sociais colectivas (culturas), tal como o havia perspectivado G. Mead em *Mind, Self and Society*, publicado em 1934. Esta opção inicial deve-se à pertinência daquela corrente teórica para ajudar a explicar fenómenos microssociais, num cenário de constante alteração sócio-cultural e económica. O estudo do conhecimento em contexto de trabalho configura fenómenos desse tipo.

Após a realização dos inquéritos, na fase prévia ao estudo etnográfico, nos meandros da investigação, recorremos aos conceitos de *habitus* e *campo* de Bourdieu, para melhor entendermos a desconcertante homogeneidade de percursos biográficos dos técnicos. Mas não foi esta a principal razão de um certo “escorregar” para o conhecimento praxeológico, que adveio da leitura da obra *Poder Simbólico*, em que, Bourdieu, no capítulo dedicado à sociologia reflexiva, nos faz tomar consciência de que afinal a nossa postura (*habitus?*) de investigador reflecte uma imagem (a que temos de nós próprios) muito próxima dos procedimentos praxeológicos. Isto é, assumimos um certo gosto para, dentro do respeito pela ortodoxia científica, desafiar e testar os conceitos e as técnicas de investigação social. Neste sentido, a “chegada”, embora mais tardia, da perspectiva do conhecimento praxeológico de Bourdieu ao nosso universo teórico-conceptual, quase como um “outsider”, transmite-nos segurança. Na prática, isto quer dizer que a fase do trabalho etnográfico e todo o trabalho de tratamento, análise e interpretação da informação posterior foi orientado por esta génese mista, no ponto de encontro entre a abordagem interaccionista e a abordagem praxeológica.

Mas será que esse encontro é útil para a investigação social? Pensamos que sim. A primeira pista é dada por Corcuff em *As Novas Sociologias* (2001), ao colocar os

autores supra referidos e outros, sob aquilo que designa como galáxia construtivista que acolhe diferentes sensibilidades e, com isso, deixa de lado alguns dos clássicos pares opostos que teimam em perdurar nas preocupações das ciências sociais, tais como: material/ideal, objectivo/subjectivo, colectivo/individual.

Entre os construtivistas, Bourdieu é o que mais se afasta do Interaccionismo estrito, todavia o conceito de *habitus* desenvolvido em *Esquisse d'une Theorie de la Pratique* (Bourdieu, 2002), partilha muitas ideias com o conceito de institucionalização desenvolvido por Berger e Luckmann em *The Social Construction of Reality* (Berger e Luckmann, 1999) e não é de todo incompatível com o conceito de interacção social teorizado por G. Mead e Blumer. Pensamos que é mais uma questão de grau do que de essência, isto é, Bourdieu concede maior importância ao efeito da estrutura social sobre as trajectórias individuais (por isso os designa de agentes) que a perspectiva interaccionista (que por isso os designa de actores). No acto da investigação social, quer a perspectiva praxeológica, quer a interaccionista (Blumer, 1982: 16-44) concedem importância maior à verificação empírica dos fenómenos sociais através de quadros teóricos/conceptuais bem desenvolvidos (mas sempre revisíveis face à reflexividade do conhecimento científico) e ambos criticam fortemente o “teoricismo” e o “empirismo” estritos.

Comungámos desta preocupação. Não entendemos o Interaccionismo como uma perspectiva monolítica, encerrada na interacção face a face. Adoptámos as leituras que o dão como sensível ao contexto da interacção inerente à investigação social, aos constrangimentos e oportunidades que daí advém. Como bem faz notar A. Lopes (2001a: 116) “(...) no Interaccionismo Simbólico e na Etnometodologia o conhecimento é contextual, temporal, revisível, ponto de encontro e expressa-se em diversos níveis e formas de linguagem. Agir e investigar, embora actividades distintas, requerem igualmente mobilização que, no contexto teórico-prático em questão, se traduz em consciencialização ou apropriação. O problemático, a resistência, a impossibilidade de acção, o conflito são pontos de partida obrigatórios, quer para a acção, quer para a investigação conscientes”.

## **RELATIVIZAÇÃO DO ETNOCENTRISMO**

A relativização do etnocentrismo do investigador no processo de investigação é condição omnipresente na investigação sociológica. No nosso trabalho, pelas razões a seguir invocadas, este é um aspecto fulcral, havendo a esperar experiências etnocêntricas com origem em:

- (1) Na trajectória profissional do investigador, que se prolonga por mais de uma década de interacção (investigação, docência e cidadania atenta) com os actores principais do movimento associativo e cooperativo (associados, dirigentes e técnicos). Desta interacção resulta uma concepção da problemática do associativismo e do cooperativismo, assim como do desempenho dos técnicos, que de modo algum pode ser totalmente “apagada” da nossa forma de sentir, de agir e de investigar, que teve reflexos aquando da preparação dos instrumentos de pesquisa, da recolha de dados e do tratamento e interpretação dos mesmos.
- (2) Na natureza do objectivo central do estudo, que consiste em estudar as associações e cooperativas e o papel que lhes está reservado no desenvolvimento agrário “a partir de dentro”, isto é, a partir da reflexão dos técnicos superiores que nelas trabalham. Adivinha-se a dificuldade do investigador manter, tanto quanto possível, a “pureza” da informação obtida de modo a tentar reproduzir, quando for caso disso, o retrato construído pelos técnicos e não o seu próprio retrato.
- (3) No sujeito estudado, que influencia a sua interpretação das questões colocadas originando o ajuste, mais ou menos subtil, da imagem que produz de si próprio, isto é, da sua identidade para os outros; aquilo que os técnicos nos dirão será sempre mediado pela sua habilidade em expressar os seus sentimentos.
- (4) Finalmente, à semelhança do que encontrou Caria (2000: 36) para os professores: no confronto com condutas em relações às quais agiríamos de outro modo; na definição de situações que classificaríamos como “incorrectas”, que no entanto não levantam qualquer questionamento por parte dos técnicos; no confronto com contradições e ambiguidades, que para os técnicos não são vistas como tal; e, no confronto com

condutas que para nós pareciam originais naquele contexto e que para os técnicos são perfeitamente banais. A relativização destas experiências etnocêntricas é tanto mais fundamental quanto muita da riqueza do trabalho etnográfico deriva exactamente da capacidade do investigador identificar situações críticas (paradoxais, ilógicas, bizarras) que se poderão revelar essenciais para o investigador aprender a racionalidade do actor em acção.

Este conjunto de razões constitui a componente etnocêntrica explícita, aquela de que o investigador tem consciência graças ao conhecimento provisório que possui do objecto de estudo e da teoria. Em resposta, antecipamos os cuidados de relativização do etnocentrismo que passamos a descrever:

- (1) O conhecimento prévio dos técnicos e do objecto da investigação por parte do investigador. *Mutatis mutandis*, pensamos que esse conhecimento, ao invés de se tornar um “estorvo” ou uma cortina opaca, nos ajudará a ver com mais acuidade aquilo que as teorias “fazem” aos investigadores e aos objectos de estudo, e vice-versa, isto é, a termos consciência (e relativizar) quando e como estamos a interferir. O distanciamento (controle do etnocentrismo) é, paradoxalmente, obtido pela máxima proximidade e identificação do investigador com o objecto de estudo.
- (2) A desenvoltura intelectual dos técnicos superiores das associações e cooperativas agrárias, os quais possuem formação académica bastante para compreender a importância da investigação científica, bem como os objectivos do investigador. Ou seja, invocámos, em contra-argumento, a preocupação expressa por Almeida e Pinto (1986: 77) acerca do quadro de factores que no grupo camponês (com *handicaps* de capital cultural e escolar e de familiarização com a escrita e outras formas de racionalização) compelirá uma grande proporção de virtuais depoentes à demissão, ao silêncio e ao evitamento (*détournement*) defensivos. Em conformidade, esperamos uma colaboração franca e empenhada dos mesmos, facilitada, em muitos casos, pela confiança mútua que deriva do conhecimento pessoal e relações de trabalho entre investigador e os técnicos. Dito de outra forma, acreditámos que o nosso objecto de estudo oferecerá resistência epistemológica bastante dado que

esperamos encontrar indivíduos com vontade de reflectirem em “voz alta” com alguém (o investigador) que fala a sua linguagem e que partilha algum do seu mundo vivido e sonhado.<sup>1</sup>

- (3) A reinterpretção dos resultados das entrevistas durante o acompanhamento do quotidiano profissional dos técnicos. A interacção entre investigador e os técnicos no contexto de trabalho destes facilita o aprofundamento do conhecimento daquele sobre a indexalidade, reflexividade e contextualidade, próprias da etnometodologia, identificados por Jules-Rosettes, citada por A. Lopes (2001a: 108).
- (4) O fazer uso da problemática teórica da identidade profissional como elemento integrador do estudo. A narração da trajectória dos técnicos na primeira pessoa, com recurso ao seu universo simbólico e conceptual, funcionará, esperamos, como um “tampão”, embora não totalmente impermeável, ao etnocentrismo do investigador.

No campo da componente etnocêntrica não explícita, da qual só tomamos consciência à medida do decurso do trabalho de campo e aquando da interpretação do material empírico, só podemos confiar nas virtudes da abordagem teórica escolhida. Comparada com outras, a abordagem interaccionista concede grande maneabilidade à relação entre investigador e o objecto de estudo. As tecnologias e metodologias desenhadas devem, por isso, por um lado, incorporar os elementos teóricos e contextuais do objecto de estudo já apropriados pelo investigador, assim como os elementos a apropriar que sempre emanam nas fases subsequentes da investigação. Haverá, assim, no final do trabalho, lugar não apenas à verificação das hipóteses iniciais mas também ao seu refinamento. O “espelho” no qual o investigador se retrata, que permite o distanciamento metodológico e epistemológico, são as teorias e o rigor da concepção do objecto de estudo abstracto-formal.

---

<sup>1</sup> Partilha, resultante de uma formação académica semelhante e do nosso papel de educador de muitos destes técnicos e de investigador atento às questões do associativismo e do desenvolvimento rural. E, noutra ordem de razões, por um certo isolamento intelectual e profissional em que muitos destes técnicos vivem.

**O TRABALHO DE CAMPO**

Relativamente ao acompanhamento do quotidiano profissional dos técnicos (observação etnográfica) interessa salvaguardar alguns pressupostos de que partimos. Segundo Caria (1994: 38-39; 2000) o que o investigador pretende é entender a diferença da cultura estudada no contexto dessa mesma cultura (que não é, nem será sua), tendo para isso de se descentrar da sua própria cultura, relativizando-a. Daqui decorre a necessidade de o investigador imergir na cultura a estudar por um período relativamente prolongado de tempo, medido em meses ou anos, conforme a abrangência e grau de profundidade do seu objecto de estudo. Observar, ouvir, experimentar e, depois, expressar (na forma de texto científico) as diferenças que procurava e as que entretanto emergiram, completa o conjunto de tarefas a realizar. Este exercício obriga a uma aproximação, não isenta de perigos, da mente racional-positiva (do investigador) à mente cultural (dos investigados) sem que as duas culturas se anulem mutuamente, ou uma se sobreponha à outra. Dito de forma menos abstracta, sem que o quadro teórico e hipotético inicial do investigador seja literalmente dilacerado, ou que o mesmo passe incólume pelo exercício e surja, no final, o mesmo, apenas acrescido da qualidade de ter sido “legitimado” pela sua “experimentação” prática.

Este estudo prefigura uma estratégia etnográfica de investigação, em que a cultura do grupo profissional a estudar é relativamente próxima da cultura profissional do investigador. A origem rural, a formação académica inicial e os vários episódios de interacção directa entre investigador e técnicos, pela via da docência e monitoria de formação profissional, concretizam essa relativa proximidade cultural. No entanto, como bem refere Caria (1997: 127), esta proximidade não diminui o risco do etnocentrismo pois, se assim fosse, seria a própria justificação do trabalho etnográfico que seria posta em causa, ficando nós por isso obrigados a cumprir com os preceitos subjacentes à ruptura epistemológica pela via relacional.

Por outro lado, o nosso estudo não visava uma compreensão holística da cultura profissional dos técnicos, mas sim estudar, com mais detalhe, dois aspectos que relevam

da primeira fase do trabalho de campo (as entrevistas), que são: (1) o uso do conhecimento por parte dos técnicos em contexto de trabalho, procurando informação que nos permita sustentar a hipótese de que as particularidades do uso do conhecimento pelos técnicos são uma marca da sua identidade profissional; (2) o fenómeno associativo e cooperativo para analisar as sensibilidades dos restantes actores, designadamente dirigentes e associados, uma vez que as entrevistas cobriram apenas a opinião dos técnicos. Em ambos, procurámos aferir da concordância entre o discurso sobre as práticas sociais e profissionais e a consecução das mesmas na acção quotidiana, isto é, a distância do discurso à prática.

A escolha da associação/cooperativa teve como primeiro critério o de ser reconhecida (subjectivamente, claro está) como uma entidade que desenvolve uma acção meritória, visível, na sua área de intervenção, isto é, uma entidade que funcione. Isto era essencial face aos nossos objectivos de traçar um retrato esperançado do associativismo e cooperativismo em TMAD. Como critérios “auxiliares” escolhemos entre as associações/cooperativas que: (1) desenvolvem actividades técnicas (incluindo apoio na exploração) e actividades de animação; (2) sejam entidades gestoras de uma marca DOP ou IGP; (3) tenham ao seu serviço técnicos superiores agrários; (4) mostrem receptividade à nossa presença e disponibilidade para apoiar o nosso trabalho do ponto de vista logístico. Os critérios de escolha dos técnicos a acompanhar foram: (1) que tivessem sido entrevistados na primeira fase do estudo, de modo a podermos estabelecer correspondências entre o discurso verbalizado e a prática quotidiana; (2) que trabalhassem na associação há pelo menos três anos; (3) que aceitassem colaborar connosco.

Permanecemos na entidade pelo período de quatro meses e meio (tal como inicialmente previsto). O primeiro ponto a destacar, sem qualquer pretensão de sermos entendidos como “investigador-camaleão”, é o da facilidade com que nos familiarizamos com o ambiente físico e humano da organização. Isto deve-se à extrema amabilidade e sentido profissional dos elementos que a constituem e aos “bons ofícios” de quem nos introduziu na mesma. Nos primeiros dias delineamos um esboço provisório das

actividades a desenvolver (Quadro 1) e, como havíamos desejado, foi-nos indicado um local para “trabalhar” (uma mesa para instalar o PC portátil) no gabinete de Lídia, que é a técnica que coordena as actividades administrativas e burocráticas.

Quadro 1 – Plano de actividades no período de permanência na ACA

Período	Actividade	Objectivos
1 Quinzena	Lídia – Acompanhar o trabalho de gabinete e interacção com restantes elementos da organização.	Ambientação e familiarização com os recursos humanos e materiais da entidade e ainda com os seus aspectos organizacionais e burocráticos.
2 Quinzenas	Ruivo – Acompanhar a interacção (técnica e humana) do técnico de campo com os criadores. Realizamos uma dezena de saídas de campo, visitando cerca de trinta aldeias e meia centena de explorações, todas na região do Planalto Mirandês.	Primeiro contacto com a realidade do campo e preparação para acompanhamento mais eficaz de Puga.
1 Quinzena	Lídia – Igual ao do primeiro período.	Aprofundar o conhecimento dos aspectos organizacionais e burocráticos.
2 Quinzenas	Puga - Acompanhar a interacção (técnica e humana) do técnico de campo com os criadores. O número de saídas de campo foi semelhante mas o número de aldeia e explorações foi próximo do dobro, todas na região de Bragança.	Estudar as diferenças e/ou confirmações para Ruivo, dado que Puga é mais antigo e experiente na profissão.
6 Quinzenas	Lídia - Acompanhar o trabalho de gabinete e interacção com restantes elementos da entidade e com os associados, dado que durante este período é altura das candidaturas às medidas agro-ambientais e, por isso, aumentam as visitas dos criadores ao gabinete.	Estudar a interacção do técnico com os criadores num momento de intensa troca de símbolos entre ambos. Estudar as representações que os criadores têm dos aspectos burocráticos (sistemas abstractos) e a forma como os técnicos as recontextualizam em sistemas presenciais.

O uso do conhecimento por parte do técnico em situação de trabalho era o objectivo do nosso estudo que vislumbrávamos de forma mais difusa. Atravessámos grande parte do tempo dedicado à investigação sem certezas de nada. Intuíamos que a encontrar algo seria durante o trabalho etnográfico, mas era só uma intuição. Como já dissemos, acompanhámos Lídia, Ruivo e Puga, e foi só depois de acompanharmos Puga (teoricamente com as mesmas funções de Ruivo, mas muito mais experiente) que contrastando-o com Ruivo, encontrámos algo que, dentro da lógica do nosso quadro conceptual, podemos materializar como expressão do uso do conhecimento.

Porque consideramos que este poderá ser um dos pontos mais ricos do nosso trabalho, vamos tentar reconstituir com detalhe o percurso percorrido. Há dois momentos-chave

anteriores a esta materialização (no fim do trabalho de campo). Em resultado do primeiro momento (revisão bibliográfica) tínhamos “concluído” que havia um processo de aquisição do conhecimento abstracto e do conhecimento implícito, seguido de um processo de transformação de ambos num “produto novo”, que não se lecciona na escola nem se encontra “tal e qual” nos livros e nos episódios do quotidiano (da vida). Chamámo-lhe, por hipótese, “conhecimento pericial” e comparámo-lo, também como hipótese, a um “senso comum emancipatório”, porque viabilizava a mudança e a inovação. O segundo momento, ocorre aquando da análise e interpretação dos resultados das entrevistas com os técnicos, face à sua apetência para melhorar as suas habilitações académicas e profissionais e face ao reconhecimento, quase unânime, do valor educativo que o contacto com os agricultores e outros actores institucionais proporciona.

Faltava, no entanto, encontrar uma “prova” mais material do que acontecia e como acontecia no momento da combinação (transformação) dos dois tipos de conhecimento, e foi isso que julgamos alcançar, pelo menos em parte, aquando da nossa experiência etnográfica. Devemos confessar que, como se diz em Trás-os-Montes, tivemos um “caditcho” de sorte, pois, nos três primeiros dias em que acompanhamos Puga, vivemos uma série de “situações-limite” (bem diferentes das que havíamos encontrado até aí) que proporcionaram uma reflexão intensa da natureza do trabalho do técnico, partilhada por investigador e investigado. As “situações-limite” dizem respeito a situações de intervenção técnica (brincagem) em animais adultos, as quais exigiram a ajuda de todos os presentes, investigador incluído. Foram estes episódios que conduziram, no essencial, aos avanços no conhecimento científico sobre o uso do conhecimento em contexto de trabalho.

Ainda um último detalhe metodológico, que é o da conveniência da formação de base do investigador em zootecnia, não tanto pelo acréscimo que isso representa em termos de preparação para as tarefas executadas (embora tenha ajudado), mas sim pelo acréscimo de “segurança” que essa qualidade transmitiu, quer ao técnico que acompanhávamos quer aos próprios criadores. Neste particular sentimo-nos satisfeitos

com a decisão de realizar o nosso trabalho etnográfico junto de uma associação dedicada à produção animal, isto é, dentro de uma área técnico-científica que nos é familiar.

Em resultado do acompanhamento destes técnicos tomamos conhecimento de vários aspectos que acabariam por influenciar muito decisivamente a fases subsequentes de interpretação dos dados e reflexão, nomeadamente:

- (1) Apercebemo-nos da complexidade da intervenção técnica: simples do ponto de vista estritamente técnico, dura em termos físicos e muito dura no que respeita ao envolvimento afectivo. É preciso saber “ler” o criador e a situação (por exemplo, idade, tipo de estábulo, se os animais estão habitualmente presos ou soltos, etc.) e ajustar a intervenção aquilo que o criador espera e aquilo em que pode ajudar.
- (2) Tomamos consciência das dificuldades da maioria dos criadores: idade muito avançada; estábulos sem condições; muita dificuldade em compreender os trâmites burocráticos; retracção face à saída de dinheiro (em moeda) aquando do pagamento dos serviços executados e das cotas; e, sobretudo dos mais idosos, mas não só, para manusear (dobrar em quatro e meter dentro de um envelope ou livro, por exemplo) uma folha de papel, o que indicia, de forma muito perturbadora, a dificuldade para compreender e, se for caso disso, preencher a “papelada”.<sup>2</sup> Talvez estas condições básicas encerram as razões que estão por detrás do comportamento dos actores (técnicos, criadores, instituições), e que, portanto, devem ser cuidadosamente estudadas.
- (3) Reparámos na “alegria” que a visita do técnico provoca nos visitados; há sempre lugar a conversas que se poderiam prolongar, se tal fosse possível e/ou desejável.
- (4) Tomamos nota do conhecimento profundo que os criadores têm do comportamento animal e do orgulho nos mesmos (invocação constante de prémios ganhos em

---

<sup>2</sup> Lúcia confidenciou-nos de que também já se tinha apercebido disto; por exemplo, os formulários dos subsídios obrigam os criadores a assinar todas as folhas o que para alguns é uma tarefa extremamente penosa – “*Alguns acabam as assinaturas a transpirar...*”.

concursos), factos que podem ser aproveitados em acções de investigação e/ou extensão.<sup>3</sup>

- (5) Sentimos que os quadros de vida enfrentados (precariedade) “esmagam” o investigador, que se vê obrigado a desviar parte da sua “energia” para a situação em si (por exemplo: responder às pessoas, parar para reflectir no que vai vendo e ouvindo). Esta sensação leva-me a crer que o técnico sofre algo similar, com a diferença de que não pode deixar de executar o seu trabalho. Talvez resida aqui um dos indicadores que permite estabelecer diferenças entre técnicos com pouca experiência (caso de Ruivo) e técnicos com mais experiência (caso de Puga).
- (6) Percebemos como o técnico carece de se afirmar (e fazer respeitar) enquanto técnico junto das pessoas que assiste tecnicamente; e de como uma “má” entrada na profissão (e os riscos são imensos) pode dificultar muito a sua intervenção, assim como o inverso também é verdade. Ficou claro que a pessoa “por detrás” do técnico (identidade pessoal), com todos os seus defeitos e virtudes, é envolvida no processo.
- (7) Realizamos o quanto é importante para os técnicos, sobretudo se trabalham mais ou menos isolados, poderem partilhar as suas vivências profissionais com quem esteja disposto a ouvi-las de forma interessada e capaz (como era o nosso caso).<sup>4</sup>

## A REDACÇÃO DO DOCUMENTO CIENTÍFICO

A redacção de um documento científico obedece a uma ortodoxia bem estabelecida, que conhecemos e respeitámos. Assumimos, no entanto, o recurso a dois “timbres” de registo escrito diferentes, na forma e nos propósitos. O primeiro, tão ortodoxo quanto possível, dedicado aos momentos de descrição, análise e interpretação dos fenómenos observados, especialmente os que têm expressão quantitativa. O segundo, menos formal, às vezes reforçado por expressões originais dos nossos interlocutores, em que,

---

<sup>3</sup> A título de exemplo, registámos o seguinte comentário da Sr<sup>a</sup>. Isaura, uma criadora da aldeia de Algueira, a propósito da evidente inquietação de uma vaca quando estávamos a brincar o seu vitelo: “*Oh! Arreda p’ra lá...Tadica, está preocupada como mãe, fora a alma, é como nós*”.

<sup>4</sup> Já no fim das visitas e sem pretensão alguma da nossa parte que não seja constatar o facto, Silveirinha (o técnico que coordena as actividades da associação) disse para Ruivo em tom amigável: “*Ó Ruivo você está diferente, isso é efeito aqui das saídas com o professor?*”.

na medida das nossas habilidades comunicativas, “partilhamos” com o leitor os cenários humanos e naturais que percorremos. Há nesta opção metodológica um propósito de coerência com a abordagem teórica seguida. Se admitimos a revisão do objecto de estudo à medida que decorrem as actividades de investigação, potenciando os ensinamentos do percurso entretanto percorrido, e se, em função desses ensinamentos, vamos introduzindo ajustes na própria metodologia, então porque haveríamos de terminar o nosso trabalho produzindo um texto hermético e inexpressivo? A ortodoxia do texto científico é um meio para comunicar de forma eficaz os ensinamentos alcançados, não é um fim em si. A pesquisa é uma coisa demasiado séria e demasiado difícil para se poder tomar a liberdade de confundir a rigidez, que é o contrário da inteligência e da invenção, com o rigor, e se ficar privado deste ou daquele recurso disponibilizados pelas diferentes disciplinas (Bourdieu, 1989: 26).

## EPISÓDIOS ETNOGRÁFICOS ILUSTRATIVOS DO USO DE CONHECIMENTO

Neste ponto apresentamos três episódios etnográficos do contexto de trabalho dos técnicos em interacção com os agricultores, os quais, entre muitos outros, foram vividos e partilhados pelo investigador. A análise interpretativa destes episódios, o seu riquíssimo aporte simbólico e complexidade do contexto em que tiveram lugar, permitiu-nos avanços significativos na compreensão do uso do conhecimento em contexto de trabalho, particularmente dos saberes exibidos pelos técnicos.

### *Episódio – “O Cordeiro e o Ruela”.*

Mesma aldeia, mesmo dia, mas já quase ao lusco-fusco. Ia-mos “a brincar” o Cordeiro do Ruela depois de visitarmos mais duas aldeias. O Cordeiro é um novilho de dois anos, magnífico, que é o orgulho do Ruela. Tinha sido aprovado para o livro de adultos e só faltava colocar-lhe os brincos de identificação respectivos. O Ruela estava eufórico. Conversou longamente connosco à porta da loja onde estavam os animais e já sonhava com os prémios do Cordeiro no próximo concurso nacional da raça M. Puga também acreditava nisso e logo o incentivou a concorrer. Ficava cada vez mais escuro e fomos “despachados” pela esposa do Ruela, que queria o trabalho aviado. Lá fomos. O Cordeiro deixou-se conduzir docilmente desde a loja até ao tronco (cerca de trezentos metros), deixou-se prender ao tronco sem dificuldade ao som confiante e orgulhoso do seu proprietário: *Ehhhh! Cordeiro bonito chega aqui, isso, bonito (...)*. Depois de preso, quando o técnico se aproximou (de lado, para evitar ser visto pelo animal) para lhe colocar o

primeiro brinco, ainda sem o tocar, tudo mudou: o Cordeiro bufou duas vezes, enfureceu-se, libertou o corpo do interior do tronco ficando apenas preso pela cabeça e iniciou meia hora de movimentos violentos para se libertar. Valeu a coragem e a mestria do Ruela, que durante todo esse tempo foi conseguindo acalmar o animal. A esposa do Ruela, o Puga e eu, a mando do Ruela, retiramo-nos para local próximo mas mais seguro. Acudiram alguns vizinhos, mas também logo compreenderam que o melhor era deixar o Ruela e o Cordeiro a sós.

## *Episódio – “Cinco Sacos”*

Lídia recebeu Pedro Verdeal de Lanhelos que veio à sede, a Malheiros, para formalizar o pedido às medidas agro-ambientais. A recepção teve lugar numa zona da sede preparada para o efeito, na qual se encontra uma mesa redonda de grandes dimensões onde está colocado um PC com ligação à Internet. Lídia sentou-se ao computador e Pedro Verdeal sentou-se bem perto. Lídia entrou no *site* do Ministério da Agricultura e fez o *download* dos formulários respectivos. Pedro Verdeal observava em silêncio, junto a si, encostado à perna, repousava um saco de plástico azul-cobalto de grandes dimensões atado por um fio também de cor azul (reciclado dos fardos de palha).

Lídia — *Então vem fazer o subsídio das terras, não é assim?*

Pedro Verdeal — *Sim, tem que ser não é, é agora ora é?*

Lídia — *O senhor trouxe os papéis todos? Então demo-los cá!*

Pedro Verdeal desatou o laço do fio azul e tirou de dentro do saco azul-cobalto uma saca de merenda ao xadrez verde e acastanhado, já com o fecho avariado; de dentro desta saiu um saco plástico de supermercado, ao qual foi preciso desatar as asas; deste saiu uma pasta de napa preta, gasta pelo uso; finalmente, desta pasta saiu uma resma de papel com não menos do que trezentas folhas, um bocado mal amanhadas. Como que adivinhando que não era tudo Lídia perguntou:

Lídia — *É tudo?*

Pedro Verdeal voltou a olhar para dentro da pasta de napa preta já gasta pelo uso e de lá tirou uma bolsa mais pequena, também de napa preta, mas ainda mais gasta pelo uso, correu o fecho, que funcionava, e de lá saíram mais umas quantas folhas A4 dobradas ao meio, dizendo:

Pedro Verdeal — *É papelada demais e depois a gente não os quer queimar.*

Lídia — *Pois, há que guardar tudo.*

Lídia inspeccionou pacientemente os papéis separando-os por montinhos, ocupando o vasto espaço da mesa; depois iniciou o preenchimento do formulário identificando o criador e procedendo à actualização do P1 com as culturas semeadas este ano. O P1 é uma ficha identificativa de todas as parcelas da exploração do agricultor, na qual constam entre outras informações o número de matriz, o nome e a área das parcelas. Lídia perguntava para cada parcela o que é que estava lá semeado, por sua vez Pedro Verdeal respondia, algumas vezes com dificuldade para associar o nome da parcela à própria parcela e também o que lá tinha semeado e/ou plantado. O processo de preenchimento do formulário teve de ser interrompido, pois faltavam as confirmações de algumas candidaturas relativas às culturas arvenses, que Pedro Verdeal, supostamente, deveria ter ido levantar à Zona Agrária.

Lídia jamais manifestou o mais leve descontentamento com as dificuldades que iam surgindo. Pedro Verdeal ia sorrindo de forma tão ingénua quanto envergonhada, olhando o tecto da sala sempre que se referia a “Eles”, Eles políticos, Eles os da Zona Agrária, Eles...

No final, Pedro Verdeal despediu-se de Lídia e de mim “avisando-me” de que isto dos papéis era uma complicação; avisando-me a mim que estava ali apreender como é que as coisas do associativismo e do cooperativismo funcionavam no terreno (foi assim que inicialmente foi esclarecida à minha presença). Depois das despedidas e do criador ter saído, Lídia perguntou-me: *Viu os sacos? Eles têm um medo aos papéis que os guardam como se fossem meninos!*

## *Episódio – “40 vacas em liberdade 40”*

Parque Natural do Montesinho, lugar do Canastro, a 1100 metros de altitude.<sup>5</sup> Puga precisava de ir visitar a exploração do Salvador, criador de “Tcharoleses”, que decidiu experimentar criar 40 vacas M que adquiriu, a bom preço, a uma exploração do Alentejo que faliu.

Puga não conhecia ainda Salvador, estabeleceu como objectivos, para além de identificar e aprovar os animais, ganhar a confiança de Salvador (que com 40 vacas passa a ser dos maiores criadores da raça) e entusiasma-lo quanto ao acerto da sua opção. Era importante fazê-lo associado e levá-lo a adoptar uma série de requisitos técnico-productivos (manga de manejo e balança) ajustados à dimensão do seu efectivo. Paralelamente, havia ainda a novidade do sistema de produção adoptado pelo criador ser do tipo extensivo, em que os animais (adultos) andam em liberdade total numa área de muitos quilómetros quadrados, pelas serranias do Montesinho. Salvador também tinha expectativas muito concretas quanto ao encontro, queria “apreciar” a qualidade do serviço prestado pela associação (“Os de Malheiros”) e queria deixar a identificação dos animais resolvida de vez (“tudo legal”). Cedo, no longo dia de trabalho (levar ao tronco, identificar e tratar (nalguns casos) cerca de 40 vacas habituadas à liberdade), se levantou o problema de duas vacas terem chegado do Alentejo sem qualquer brinco de identificação, com a agravante de “sobrarem” nove passaportes de identificação, isto é, não havia possibilidade de fazer corresponder o passaporte às duas vacas. Havia duas possibilidades de resolver o problema, que eram: “escolher” dois passaportes entre os nove sobrantes e atribuí-los às duas vacas (situação mais simples mas irregular); ou, proceder à identificação do animal desde o início do processo burocrático, através do denominado “registo especial” (o que viria ser feito, apesar de ser mais demorado e complexo).

Durante todo o primeiro dia de trabalho os dois interlocutores, por “entre” as tarefas técnicas que iam sendo executadas por si e por mais três elementos, desenvolviam um “protocolo” à parte que tinha como fim fazer com que os objectivos estabelecidos por ambos fossem atendidos pelo outro. Dezenas de vezes pudemos ouvir constantes “lembranças” sobre o assunto, umas mais explícitas do que outras. No dia seguinte Salvador fez-se associado e também nesse dia as duas vacas foram identificadas pela segunda via. Vivia-se um clima de grande satisfação entre todos os intervenientes e estavam reunidas as condições para uma relação profissional de confiança entre o agora associado e o técnico da sua nova associação.

Na viagem de volta do segundo dia, que acabou cedo por sinal, Puga confidenciou-nos que Salvador tinha gostado muito forma como o trabalho tinha decorrido, “Os de Malheiros” tinham merecido a sua aprovação. Aproveitamos a oportunidade para questionar Puga sobre o seu desempenho no dia anterior, não o desempenho das tarefas práticas, mas sobre o tal “protocolo” à parte que ambos tinham levado a cabo. Acrescentámos que tínhamos ouvido a Puga comentários constantes como: “isto está a correr muito bem...”; “as vacas estão mesmos boas de carnes e o pêlo parece azeite...”; “tem aqui boas vacas...”; “O toiro é que é fracote, se não o tira, daqui a um ou dois anos estraga-lhe a vacada...”; “tem de compor a manga de manejo e comprar a balança...”. Por seu turno, Salvador repetia constantemente: “Está bem, está bem, mas tem de me identificar as duas vacas”; “Então tem de me arranjar um toiro bom que eu vou por ele...”. Puga ficou admirado com o que lhe dissemos. Anuiu que tinha memória de ter dito, e ouvido, tais coisas, mas diz não ter consciência da insistência e acuidade das mesmas. Anuiu que “ensaçou” a apresentação dos seus objectivos, que reflectiu sobre isso antecipadamente mas que depois o fez de forma inconsciente. Confessou-se surpreendido, relacionou isso com a sua experiência e gosto pelo trabalho de extensionista: “Já várias pessoas me disseram que eu nasci para isto...” e deixou o seguinte comentário: “E eu a pensar que você andava entretido a enxotar as vacas para a manga e afinal estava atento a ouvir tudo. (...) mas era isso que queria não era?”.

Da vacada do Montesinho fazia parte a *Cova da Lua*, vaca já conhecida de Puga, famosa pela sua agressividade, pois havia mandado o seu antigo proprietário para o hospital – um polícia! (Puga dizia isto

---

<sup>5</sup> Nota metodológica. Sugerimos ao leitor, na medida do possível, para se imaginar no cimo das montanhas do Montesinho. Desta forma poderá ter uma ideia das sensações vividas pelo investigador e restantes intervenientes durante os dois dias de trabalho lá passados: uma miríade de sons (vozes, risos, mugidos, badalos, vento e, às vezes, o silêncio); o desconforto de chuva miudinha tão fria que ameaça neve e uma sensação muito presente de isolamento. Pensamos poder dizer que este ambiente, em que cinco pessoas ficaram totalmente tomadas pelo trabalho, contribuiu, de forma decisiva, para a plena expressão de cada um, facto que nos permitiu aproximar mais do trabalho de Puga e também dos criadores.

como que a realçar o atrevimento do animal). Era uma vaca de elevado valor produtivo e Salvador decidiu adquiri-la apesar do seu comportamento agressivo. A da Cova da Lua entrou para o parque de maneio juntamente com os restantes animais, porém, como se trata de um animal adquirido na aldeia vizinha (com o mesmo nome) encontrava-se perfeitamente identificada e não era necessário proceder a nenhuma intervenção. Sendo assim, a sua presença só complicava as coisas e representava um acréscimo de risco desnecessário e, por isso, desde o início que ficou decidida a sua expulsão para fora do parque, algo que foi sendo adiado, mediante o protesto da mulher do salvador, do vizinho que estava a ajudar e do próprio Puga. Salvador ia dizendo que sim mas ia adiando. À medida que os animais iam sendo identificados e colocados fora do parque de maneio a *Cova da Lua* tornava-se mais agressiva, criando alguns problemas. A determinada altura Puga ordenou (é este o termo) a sua expulsão do parque, o que foi feito de seguida.

A vivência destes episódios permiti ao investigador destringir entre saberes profissionais explícitos e saberes profissionais implícitos.

Os saberes profissionais explícitos são aqueles que os técnicos mobilizam para desempenharem as suas funções técnicas, administrativas e de gestão. Estas funções, próprias do seu estatuto, e reconhecidas como tal pelos próprios e pelos outros, corporizam as actividades oficialmente reconhecidas às associações/cooperativas. Correspondem, essencialmente, à aplicação de conhecimento-informação (ou conhecimento abstracto) que, na definição de (Caria, 2002b: 806; Caria, 2003a), consiste em “discursos escritos de origem científico/ideológica, científico/técnica e filosófico/ideológica em cuja organização formal podemos reconhecer preocupações de generalidade, de especialização temática ou problemática, coerência interna, sistematicidade e validade no desenvolvimento dos argumentos avançados, quer escritos quer orais”). A estes conteúdos juntam-se as vivências práticas que “refinam” a intervenção dos técnicos e que são tanto mais importantes quanto maiores são as insuficiências da componente prática do ensino superior agrário em Portugal (principal crítica apontada pelos técnicos à qualidade da sua formação académica). Vejamos o exemplo: *Saber manusear bovinos adultos*

O maneio de animais adultos (bovinos) envolve riscos de vária ordem para pessoas e animais. Verificámos que o técnico, antes de executar as práticas de maneio, tem a preocupação de: observar o animal e as condições circundantes; procurar ao criador o nome do animal e alguma informação sobre o comportamento do mesmo (é normal, quando um animal tem comportamento agressivo, o criador avisar logo o técnico desse facto); interiorizar a informação assim obtida através de um breve momento de recolha

do técnico, durante o qual se parece abstrair do meio envolvente ao mesmo tempo que “encadeia” mentalmente os procedimentos que irá executar de seguida. Este procedimento configura o que Blumer (1982: 41) designa de auto-interacção, a partir da qual o indivíduo elabora a sua linha de acção, percebendo o que deseja e o que lhe exigem, fixa metas, avalia as possibilidades que a situação encerra. Desta forma o técnico beneficia do conhecimento do criador (experiência acumulada sobre o comportamento animal e conhecimento específico do comportamento do animal em causa) e como que “justifica” a observação das regras de segurança necessárias à salvaguarda da integridade física dos operadores e à reunião das condições facilitadoras da intervenção técnica. Há mobilização de conhecimento-informação sobre comportamento animal (procedimentos aprendidos pela formação académica e/ou profissional) e há mobilização de conhecimento implícito (dos agricultores sobre o comportamento animal em geral e do comportamento do animal que está a ser alvo da intervenção. Cada técnico tem uma experiência que forma um corpo de conhecimentos sobre o comportamento animal e a importância das regras de segurança, que permite a melhoria progressiva do desempenho profissional (aprender com os erros). São exemplo disso: a forma cautelosa como Puga se aproximava do touro “Cordeiro” e na forma firme como ordenou a expulsão da vaca “Cova da Lua”.

Por sua vez, os saberes profissionais implícitos facilitam, ou em alguns casos tornam possível, a expressão dos saberes explícitos e o desempenho das funções inerentes. São saberes que intervêm na relação entre os técnicos e os associados e também na relação entre aqueles e as instituições e restantes actores institucionais, que povoam o campo de acção das associações e cooperativas agrárias. São adquiridos sobretudo na prática quotidiana, embora a formação superior agrária (conteúdos pedagógicos específicos das disciplinas de extensão rural e de sociologia ou sociologia rural, por exemplo) e a socialização primária em ambiente rural e/ou agrário também possam contribuir. Consistem na aquisição de um senso comum sobre os fenómenos gerais da natureza e da sociedade e sobre as práticas profissionais e organizacionais (domínio de técnicas, rotinas, conhecimento dos estatutos, papéis e normas e respectivas margens de

tolerância de desvio, relações de poder, etc.). No geral, os técnicos não se referem discursivamente a estes saberes como tal, embora não seja raro ouvirem-se frases como: *É preciso saber falar com os associados; Temos de saber ouvi-los para eles nos ouvirem também; Às vezes temos de manter o nosso papel de técnicos.* Por isso, para os estudar e compreender em profundidade, são necessárias as técnicas de investigação etnográfica, observação directa e/ou participante. Vejamos o exemplo: *Saber comunicar eficazmente*

A importância da comunicação eficaz entre os técnicos e os seus interlocutores é uma questão chave da educação de adultos e do desenvolvimento. No caso concreto dos técnicos, devemos realçar a sua intensidade e seus efeitos multiplicadores. O elemento mais marcante consiste na velocidade de conversação muito elevada e na grande mistura de assuntos falados em simultâneo, dando a impressão que o tempo urge (e urge de facto) e que a ânsia de falar por parte dos agricultores é enorme. O diálogo é frequentemente entrecruzado por momentos de gracejos e de risos, pairando um ambiente de alegria. O registo oral alinha pelo do agricultor. O técnico usa sempre os significantes locais em uso e, quando recorre a termos técnico-científicos, o que por vezes acontece, não se esquece de os fazer acompanhar dos significantes locais respectivos. Uma mesma ideia pode ser repetida duas, três, e mais vezes. Este facto, por um lado, parece ajudar a controlar a ansiedade dos agricultores face à estranheza dos sistemas abstractos e, por outro lado, sossega os técnicos sobre a certeza de terem sido bem compreendidos.

A aprendizagem dos vocábulos, das expressões, do ritmo, dos gestos, etc. (significantes locais), assim como o seu exacto contexto e indexalidade (significado), enfim comunicar eficazmente, obriga o técnico a “passar” por uma experiência profissional que estimamos não inferior a dois anos. A socialização primária no mesmo ambiente sociocultural, ou em ambiente análogo, facilita obviamente esta aprendizagem. O contributo da formação académica e/ou formação profissional dar-se-á, se, e quando, desperta a atenção dos técnicos para a importância da comunicação e proporciona aprendizagens relativas ao distanciamento e relativização das culturas (sob a forma de

conhecimento-informação). Este contributo é aliás reconhecido quando os técnicos “confessam” que os ensinamentos das disciplinas como a sociologia, a sociologia rural e a extensão rural, se revelam de grande utilidade na prática profissional.

A eficácia comunicacional é um dos princípios orientadores da relação dos técnicos com os actores das associações e destina-se a assegurar que estes fiquem devidamente esclarecidos e cientes das implicações dos actos e decisões abordadas com os técnicos. A preocupação com a eficácia comunicacional é comum aos vários técnicos que acompanhamos. Talvez isto se deva ao facto de Ruivo e Puga partilharem uma identidade colectiva, dado que são ambos naturais da região em que trabalham e técnicos da mesma organização. Por seu turno, Lúcia, embora não sendo natural de TMAD, tem uma experiência profissional superior a quatro anos. Lúcia confessou-nos (mas muitos outros técnicos o fizeram durante as entrevistas) que ao início sentia grande dificuldade em entender a linguagem dos agricultores, porém, ao fim de algum tempo, não inferior a dois anos, como se disse, esse problema estava ultrapassado. Isto quer dizer que, no caso daqueles que têm de “aprender” a linguagem local, o fazem de forma gradual. Os episódios “Cinco Sacos”, e “40 Vacas em Liberdade 40” são paradigmáticos da importância da comunicação na relação técnico-agricultor. Esta habilita o técnico a tomar melhores decisões sobre a forma de alcançar objectivos de âmbito técnico-productivo ou de atitude (sentido associativo e cooperativo, interiorização de direitos e deveres, por exemplo) imediatos e de mais longo prazo.

## CONCLUSÕES

Numa reflexão final sobre o que fomos lendo e ouvindo acerca do trabalho etnográfico, concluímos, afinal, quiçá ingenuamente, de que o mais importante é não perder de vista os objectivos prioritários, estar presente, deixar-se conhecer e saber esperar. Por outras palavras saber ser (investigador) e saber estar, deixando que o “habitus” científico actue. Este, “é uma regra feita homem, ou melhor, um *modus operandi* científico que funciona em estado prático segundo as normas da ciência sem ter estas normas na sua origem: é

## *Etnografia*

*(Actas do III Congresso Internacional)*

Cabeceiras de Basto, 13 e 14 de Julho de 2007

---

uma espécie de sentido do jogo científico que faz com que se faça o que é preciso fazer no momento próprio, sem ter havido necessidade de tematizar o que havia que fazer, e menos ainda a regra que permite gerar a conduta adequada” Bourdieu (1989: 23).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Caria, Telmo (Org.); Fernando Pereira; José Filipe; Armando Loureiro; Margarida Silva. (2005). “Saber Profissional”. Editora Almedina. Coimbra.